



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
FACULDADE DE DIREITO**

1. IDENTIFICAÇÃO DA ATIVIDADE CURRICULAR

Curso: **Direito**

Atividade Curricular/Disciplina: **DIREITO DA INSOLVÊNCIA**

Carga horária total: **30h**

Período Letivo:

Professor/Turmas:

2. OBJETIVOS

- ❖ Estudar os procedimentos concursais empregados em situações de insolvência das empresas brasileiras: recuperação extrajudicial; recuperação judicial e falência;
- ❖ Reconhecer as instituições de insolvência como estruturas dogmáticas capazes de gerar a cooperação entre credores, maximizando o valor de empresas;
- ❖ Compreender e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a relevância da recuperação e manutenção da empresa enquanto fonte produtiva, geradora de emprego e pagadora de tributos.

3. COMPETÊNCIAS/HABILIDADES (Res. CNE/CES N° 5/2018, art. 4°)

- ❖ Interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;
- ❖ Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- ❖ Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;
- ❖ Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;
- ❖ Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos;
- ❖ Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- ❖ Atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- ❖ Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas;
- ❖ Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.

4. EMENTA

- ❖ Teoria geral do direito falimentar. Requerimento de falência. Autofalência. Sistema da impontualidade. Sistema da execução frustrada. Sistema dos atos de falência. Manifestações do Devedor. Sentença declaratória de falência. Processo de falência. Efeitos. Responsabilidade dos sócios e administradores na falência da sociedade. Arrecadação de bens. Assembleia geral de credores. Comitê de Credores. Administrador Judicial. Procedimento de Habilitação e Verificação de Créditos. Realização do ativo. Pagamento do passivo. Encerramento da falência. Extinção das obrigações. Recuperação extrajudicial. Recuperação judicial. Plano de recuperação. Convoação em Falência.

5. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I - Teoria geral do direito falimentar.	1.1. Evolução histórica; 1.2. Natureza jurídica; 1.3. Legislação brasileira; 1.4. Caracterização da falência: devedor empresário; insolvência.
UNIDADE II - Requerimento de falência	2.1. Natureza do processo; 2.2. Legitimidade ativa; 2.3. Legitimidade passiva; 2.4. Requisitos para o pedido: Sistema da impontualidade. Sistema da execução frustrada. Sistema dos atos de falência. 2.5. Pedido de Autofalência. 2.6. Juízo Competente: princípio da universalidade; princípio da indivisibilidade.
UNIDADE III - Manifestações do Devedor	3.1. Contestação; 3.2. Depósito elisivo; 3.3. Pedido de Recuperação Judicial.
UNIDADE IV - Sentença e Recursos.	4.1. Sentença declaratória de falência: natureza jurídica; conteúdo; Termo legal de falência. Continuação provisória das atividades. 4.2. Sentença denegatória da falência: natureza jurídica. 4.3. Recursos.
UNIDADE V - Efeitos da Sentença declaratória de falência.	5.1. Efeitos gerais da Sentença declaratória de falência: suspensão do curso da prescrição; vencimento antecipado das dívidas; suspensão do curso de juros; suspensão de ações e execuções; direito de regresso. 5.2. Efeitos da sentença declaratória de falência em relação à pessoa do falido: Inabilitação Empresarial; Responsabilidade dos sócios e administradores; 5.3. Arrecadação de bens: pedido de restituição; embargos de terceiro; 5.4. Efeitos da sentença declaratória de falência em relação às obrigações do devedor: continuação dos contratos unilaterais e bilaterais. 5.5. Da ineficácia e da revogação de atos praticados antes da falência: atos ineficazes; atos revogáveis; Ação Revocatória
UNIDADE VI - Órgãos dos procedimentos concursais.	6.1. Assembleia geral de credores: conceito; deveres e atribuições; 6.2. Comitê de Credores: conceito; deveres e atribuições; eleição; nomeação e investidura; substituição; 6.3. Administrador Judicial: conceito; deveres e atribuições; nomeação e investidura; remuneração; substituição e destituição; responsabilização.
UNIDADE VII - Procedimento de Habilitação e Verificação de Créditos.	7.1. Prazo para habilitação; 7.2. Procedimento e declaração de crédito; 7.3. Impugnação; 7.4. Habilitação Retardatária; 7.5. Quadro Geral de Credores.
UNIDADE VIII - Realização do ativo.	8.1. Regras gerais; 8.2. Modalidades de Venda: Leilão, Pregão e Propostas Fechadas. 8.3. Impugnação.
UNIDADE IX - Pagamento do passivo.	9.1. Créditos Trabalhista (art. 151 da LRE); 9.2. Restituições; 9.3. Pagamento dos créditos extraconcursais 9.4. Pagamento dos créditos concursais.

UNIDADE X - Encerramento da falência. Extinção das obrigações.	10.1. Apresentação e Julgamento da Prestação de Contas do Administrador Judicial; 10.2. Intimação do Ministério Público; 10.3. Impugnação; 10.4. Relatório Final da Falência; 10.5. Sentença de Encerramento do Processo Falimentar. 10.6. Sentença de Extinção das Obrigações do Devedor Falido: pagamento ou decurso de tempo.
UNIDADE XI - Recuperação extrajudicial.	11.1. Definição e pressupostos; 11.2. Legitimidade ativa; 11.3. Juízo competente; 11.4. Plano de Recuperação Extrajudicial; 11.5. Pedido de Homologação: Facultativa e Obrigatória; 11.6. Procedimento; 11.7. Recurso.
UNIDADE XII - Recuperação judicial.	12.1. Definição e pressupostos; 12.2. Impedimentos; 12.3. Legitimidade ativa; 12.4. Petição Inicial; 12.5. Juízo competente; 12.6. Deferimento do processamento do Pedido de Recuperação Judicial: efeitos. 12.7. Plano de Recuperação Judicial; 12.8. Procedimento; 12.9. Concessão da Recuperação Judicial: efeitos; 12.10. Recurso; 12.11. Encerramento do Processo de Recuperação Judicial; 12.12. Plano Especial de Recuperação Judicial: ME e EPP. 12.13. Convolução em falência.

6. RECURSOS DIDÁTICOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS

- ❖ Serão utilizados para melhor desempenho em sala de aula: lousa branca, projetor multimídia, etc.

7. METODOLOGIA

Para que sejam alcançados os objetivos enunciados propomos a execução das seguintes ações didáticas:

Conteúdo	Ações Didáticas	Competências e Habilidades
Unidade I	Aula expositiva. Debate.	Perceber a evolução histórica dos institutos da insolvência, explicando a natureza jurídica, a legislação brasileira, bem como caracterizando a falência.
Unidade II	Aula expositiva. Debate.	Compreender a natureza do processo de falência, identificando quem tem legitimidade ativa e passiva, quais os requisitos para o respectivo pedido e qual o juízo competente.
Unidade III	Aula expositiva. Debate.	Identificar as formas de manifestação do Devedor no processo falimentar.
Unidade IV	Aula expositiva. Debate.	Tratar da Sentença declaratória de falência e da Sentença denegatória da falência e de todos os seus requisitos, bem como recursos cabíveis.
Unidade V	Aula expositiva. Debate.	Apresentar os efeitos gerados pela sentença declaratória de falência.

Unidade V	Aula expositiva. Debate.	Apresentar os efeitos gerados pela sentença declaratória de falência.
Unidade VI	Aula expositiva. Debate.	Tratar dos órgãos dos procedimentos concursais.
Unidade VII	Aula expositiva. Debate.	Explicar o Procedimento de Habilitação e Verificação de Crédito.
Unidade VIII	Aula expositiva. Debate.	Entender como ocorre a Fase denominada de Realização do Ativo.
Unidade IX	Aula expositiva. Debate.	Compreender como ocorre a ordem de pagamento do passivo.
Unidade X	Aula expositiva. Debate.	Verificar a forma de encerramento do processo falimentar e da extinção das obrigações do devedor falido.
Unidade XI	Aula expositiva. Debate.	Apresentar o procedimento da recuperação extrajudicial.
Unidade XII	Aula expositiva. Debate.	Apresentar o procedimento da recuperação judicial e da convocação em falência.
Unidade XII	Aula expositiva. Debate.	Apresentar o procedimento da recuperação judicial e da convocação em falência.

8. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

- ❖ Conforme Regimento Geral da UFPA, arts. 178 a 180, são atribuíveis os seguintes conceitos, equivalentes às notas:
EXC – Excelente (9,0 - 10,0)
BOM – Bom (7,0 - 8,9)
REG – Regular (5,0 - 6,9)
INS – Insuficiente (0 - 4,9)
- ❖ Sendo considerado aprovado o discente que obtiver o conceito REG, BOM ou EXC e pelo menos setenta e cinco por cento (75%) de frequência nas atividades programadas.
- ❖ Complementa o Regulamento do Ensino de Graduação 2013 no art. 96 que o conceito final será resultante do conjunto de procedimentos de avaliação, enunciados no presente plano.
- ❖ Para fins de atribuição de conceitos, os discentes serão avaliados em, pelo menos, dois momentos:

1ª Avaliação	Crítérios	Nota
Prova Individual	Elaborada com questões objetivas e discursivas.	10,0
2ª Avaliação	Crítérios	Nota
Seminário	Apresentação de Seminário por equipes compostas por alunos(as).	10,0

9. REFERÊNCIAS BÁSICAS

BEZERRA FILHO, Manoel Justino. Lei de Recuperação de Empresas e Falência. 14. ed. São Paulo: Revista do Tribunais, 2019.

COELHO, Fábio Ulhoa. Comentário à Lei de Falências e de Recuperação de Empresas. 13. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

FAZZIO JUNIOR, Waldo. Lei de Falência e Recuperação de Empresas. 8. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2019.

10. REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALMEIDA, Amador Paes de. Curso de falência e recuperação de empresa. 28. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2017.

CAMPINHO, Sergio. Curso De Direito Comercial: Falência e Recuperação de Empresa. 10. ed.

Rio de Janeiro: Saraiva, 2019.

CRUZ, André Santa. Direito Empresarial. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Gen, 2019.

MAMEDE, Gladston. Direito Empresarial Brasileiro. Falência e Recuperação de Empresas. 10. ed. Rio de Janeiro, Atlas, 2019.

REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. 32. ed. V. 2. São Paulo: Saraiva, 2015.

